

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Lilia Class.: 106
 Data: 20/06/87 Pg.: _____

Coordenador do Mirad diz que invasores s



Ao retornar ontem do sobrevoo feito à reserva Salumã, juntamente com outros integrantes do grupo interministerial de trabalho para regularização de terras indígenas o coordenador de terras indígenas do Mirad, André Villas Boas, na sua passagem pela 2ª Superintendência sediada nesta capital, assegurou que os posseiros instalados na reserva Zoró situada na região grande Arapuaã, norte do Rio de Janeiro, deverão mesmo ser reassentados em outras áreas do província de Mato Grosso. Tornou claro que as pressões exercidas pelos grandes grupos econômicos, com interesse na área sobre os invasores, estão dificultando os entendimentos para uma retirada democrática.

Evidenciando o levantamento sócio econômico e familiar realizado no final do ano no núcleo 14 de abril, onde estão instalados os posseiros Villas Boas, assinalou que "esse trabalho suscita dúvidas". No que tange ao processo de invasão, explicou que na conclusão do levantamento, do qual teve a participação do posseiro Américo Minetti, líder dos invasores, várias situações foram constatadas das quais três se destacaram: a existência de 176 famílias que se apossaram das terras há mais de dois anos, os que foram mobilizados a invadir e o maior de todos, os que tinham pretensões de conquistar um pedaço de terra.

Essa análise da situação de acordo com o assessor do Mirad, foi feita baseando-se, principalmente nas condições em que foram encontradas as famílias. "Quem tinha mais de dois

anos está com roça pronta, e terra cultivada, enfim, fácil de se notar. Já os que foram mobilizados tem pouca coisa, inclusive, na ocasião foram registradas queimadas fora da época". — disse. "Esclarecemos" que essa mobilização teria acontecido com a formação de grandes grupos — isobretado madeireiros — de impedir que a área fosse tomada por cada um. Foi notada a existência de especuladores (acima de 300) que picaram a área e retornaram para suas cidades, aguardando uma divisão favorável aos posseiros.

André Villas Boas lembrou que o levantamento sócio econômico e familiar foi encaminhado ao grupo de trabalho na época da decisão, acompanhado de um relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapuaã e do próprio Incra no qual vários posseiros denunciaram a manobra do grupo de especuladores e também daqueles que haviam chegado recentemente à reserva incitados pelos grandes madeireiros. "Existia um acordo do tipo assim: aqui tem 50 hectares. Se ganharmos a questão você fica com 20 e nós devolve 30, conforme declaração de vários posseiros".

Essa confissão também foi levantada em consideração na decisão final do grupo de trabalho. Com ela, demonstrou-se também segundo Villas Boas, que o pleito dos invasores que e de 150 mil hectares dos 431.700 da reserva foi considerado "totalmente descabido". A preocupação do governo, conforme deixou claro o assessor do Mirad, se relaciona as 176 famílias que há tempos já estavam instaladas. "Não vamos premiar pes-

soas que sequer conhecemos que piquetaram a área e estavam na espera de uma definição favorável. A mesma coisa aquelas que entraram usando de má fé sabendo da existência do título e entraram no esquema para favorecer os grupos interessados na área", enfatizou.

Ele assegurou também que para cada um dos grupos constatados no levantamento "haverá um tratamento diferenciado pelo governo" e que não haverá uma solução em bloco, mesmo com as pressões políticas. São essas pressões conforme o "dificultando os entendimentos". Arriscou que "se não fosse isso a solução para o caso já estaria em outro nível". Mas disse por outro lado que o governo não pretende impor uma área específica para o reassentamento uma vez que "existem várias alternativas".

E são justamente as discussões dessas alternativas que o Mirad pretende manter com os posseiros. Todavia, Villas Boas, acrescentou que "as pressões sobre os posseiros está sendo muito grande impedindo a organização dos grupos detectados em sua entidade representativa, no caso o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapuaã e Fátima". O governo quer discutir e reconhecer como canal de discussão dessas entidades", observou.

Finalizando, o coordenador de terras indígenas do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário externou que não procede a justificativa de certos invasores da área Zoró em se recusar o reassentamento, por ter mentado, a toda uma estrutura agrícola. "Para isso — continuou

— existem recursos para as indenizações das benfeitorias". No entanto "os investimentos feitos na área após sua decretação como reserva indígena não serão indenizados pelo governo" concluiu.

106

Finalizando, o coordenador de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário transpareceu que não procede a justificativa de certos invasores da área Zoró em se recusar o reassentamento por ter montado ali toda uma estrutura agrícola. "Para isso - continuou - existem recursos para as indenizações das benfeitorias". No entanto, concluiu: "Os investimentos feitos na área após sua decretação como reserva indígena, não serão indenizadas pelo governo".